Guimarães, 23 de Fevereiro de 1913

1.º ano—N.º 37

Director: António Dantas, filho

Editor: Manuel Guimarães

Toda a correspondência relativa à redacção deve ser enviada para a sua sede: Rua Dr. Avelino Germano, 62—e a relativa à administração, para a Rua de Paio Galvão, 70.

Composto e impresso na Tip. Minerva Vimaranense
Rua de Paio Galvão

O LUSITANO

Publicação semanal

Propriedade da Emprêsa de O LUSITANO

O inimigo da República

«Eu sou adversário intransigente da lei da contribuição predial que agora se discute no senado, porque a considero extremamente perigosa para o futuro da agricultura nacional». Assim principiou a sua interessante entrevista com um redactor do *Século*, o ilustre senador sr. Tomás Cabreira.

Se êste parlamentar fôsse evolucionista, não seriamos nós quem citaria o seu nome para demonstração do quanto é justo o ataque que hoje, em Portugal, se faz à política do sr. Afonso Costa. Mas não. O sr. Tomás Cabreira está filiado no partido do sr. Afonso Costa e, com a sua reconhecida autoridade, diz aquelas palavras que põe, sem dúvida, em sobresalto todos nós os que sabemos o quanto é essencial para a vida da nação portuguêsa, a prosperidade da sua agricultura.

O sr. Tomás Cabreira demonstra, à face duma sciência de estatística admirável, o quanto é prejudicial à economia agricola portuguêsa a lei que o chefe do seu partido tinha apresentado no Senado. Essa lei, toda a gente o sabe, foi aprovada no Senado logo que o sr. Afonso, em voz sonora, disse que abandonava a pasta se a lei não fôsse aprovada imediatamente.

Isto é simplesmente assombroso. Uma lei, que é a ruina da agricultura nacional, segundo o provam os homens autorizados dêste país, uma lei que põe em sobresalto aterrador os possuidores das terras e os que as amanham, uma lei destas é votada unicamente, porque o sr. Afonso Costa agita o *papão* do abandono do poder se a não aprovam!

E' preciso ser-se profundamente ignorante (e o sr. Afonso Costa provou que o era, na sua célebre conferência da Imprensa Nacional) para impôr a um parlamento dum país essencialmente agricola e cuja agricultura vive sem recursos, sem auxílios, quási desprezada, uma lei que vai ferir em cheio a própria vida dêsse básico factor do progresso duma nação.

Mas o sr. Afonso Costa quer aumentar a receita, custe o que custar, para ver se pode efectivar as suas pomposas palavras do seu discurso da Corôa, e não quer saber do mal que à república está causando com as irritantes ofensas com que, hora a hora, está desgostando as classes conservadoras, as legitimas fôrças vivas da nação—proprietários e lavradores, patrões e operários agrícolas. Que importa ao sr. Afonso Costa que o sr. Tomás Cabreira ou o sr. António Luís Gomes (êste tambêm não é evolucionista) venham para a imprensa dizer que a lei, que sua ex.ª apresentou e exigiu que fôsse aprovada, afecte profundamente os interêsses da terra portuguêsa e a consolidação do próprio regimen republicano?

Que fêz o sr. Afonso Costa desde que está no poder que pudesse merecer o aplauso da nação?

Que fêz o sr. Afonso Costa antes de ser govêrno, que não fôsse irritar, ofender, sobresaltar, perturbar, desorganizar?

Quem pode amanhã vir dizer que mentimos, afirmando que o sr. Afonso Costa é hoje, em Portugal, o verdadeiro inimigo da república e portanto inimigo da sua Pátria?

Defender a república é afirmar, em pleno país conservador e essencialmente agrícola, que o proprietário é simples detentor da propriedade?

Defender a república é afirmar, num país tradicionalmente católico, que em duas gerações o catolicismo desaparecerá?

Defender a república é não ter uma palavra de reprovação para os arruaceiros que insultaram os srs. Brito Camacho, Machado dos Santos e António José de Almeida?

Defender a república é afirmar que há o direito de insultar na rua os homens políticos, só porque êsses homens não pensam como nós?

Defender a república é impedir que a Associação Central de Agricultura vá ao parlamento apresentar as suas razões, defendendo os interêsses da sua clssse?

Defender a república é aplaudir arruaças às Câmaras Municipais como aconteceu no Pôrto?

Defender a república é assaltar os carros celulares, em plena praça pública, conduzindo prêsos entregues à fôrça armada?

Defender a república é pedir a confiscação dos bens dos monárquicos portuguêses?

Defender a república é impôr uma lei de Separação que implica o encerramento das igrejas católicas e impede o exercício do culto católico, mas nem por sombras impede o exercício do culto protestante?

Defender a república é proibir terminantemente o ensino da doutrina cristã nos colégios particulares?

Defender a república é colocar a magistratura judicial sôb a alçada das comissões políticas afonsistas?

Defender a república é desgostar a nação irmã, o nosso querido Brasil, com um decreto sôbre passaportes que tanta oposição encontrou nêsse país, decreto que só foi elaborado quando o sr. Afonso Costa subiu ao poder e que êle considerava, na oposição, um crime de lesa pátria?

Que defensor da república é, quem, em vez de estimular os possuidores dos campos e das vinhas a arrotear milhor aqueles, a expandir mais estas, ataca a propriedade sobrecarregando-a de tributos, contribuindo assim para que êste fértil país de Portugal se transforme numa charneca árida e estéril?

Defender a república é indispôr a grande parte da população portuguêsa contra o regimen republicano?

Defender a república será, em vez de tributar o luxo, e o jôgo, tributar a lavoura dum país agrícola, ofender as crenças dum país religioso, perseguir acintosamente os adversários políticos, tratar como criminosos natos, sem regeneração possível, os indivíduos que um dia ousaram exteriorizar as suas opiniões adversas às nossas?

Será isto defender a república, defender a Pátria, defender os princípios republicanos?

Quem é o inimigo da república?

Aquele que prèga a pacificação das consciências, o respeito pelas crenças alheias, a liberdade de cultos, à liberdade de opinião, a tolerância política e a tolerância religiosa, ou aquele que vexa, persegue, ofende, ataca sectariamente os que não comungam no seu credo ou que não o consideram como o maior estadista da Europa?

No tempo da monarquia nós, os republicanos, agitavamos a bandeira da liberdade de consciência, a liberdade nas urnas eleitorais, o cumprimento fiel do código fundamental da nação! Pois bem.

Quem é verdadeiramente republicano, profundamente patriota e genuinamente português exige, nesta hora alta da civilização, que se cumpram, em plena república, em Portugal, os princípios que nas tribunas e na imprensa, há muitos anos se vinham afirmando.

E jurando todos nós, fidelidade à República Portuguêsa, que tem de ser uma república conservadora tal qual o país a exige e não uma república que nós sonhemos no isolamento do nosso gabinete, nós temos de considerar autênticos inimigos da república e implicitamente da Pátria, o sr. Afonso Costa e todos quantos em Portugal adoram a sua política nefasta, ininteligente e negativa.

Rodrigo Pimenta.

A unha e a dente

A canzoada ladra

II

O *Trapo*, êsse miserando sudário de ignóbeis indecências e descaradas parlapatices, êsse orgão tocado por ignorantes charlatães com ares de boa gente, à falta de argumentos lógicos com que nos combata, atira-se aos insultos, a arma única que teem à mão os desgraçados que, uma vez metidos em camisa de onze varas, não teem a serenidade precisa para se desenvencilharem dela de uma forma digna e airosa.

Chamou-nos nomes feios o miserando *Trapo*, como se nós nos importássemos com essas bugigangas a que já estamos acostumados, pois nunca vimos outra coisa no imundo *Trapo* que não fossem baboseiras, insultos, infâmias, mentiras, à parte um ou outro elogio a êste ou àquele adepto da grei.

E' um vasculho que se recomenda por si próprio a quem se der à enjoativa tarefa de o ler, e porisso escusamos de tecer-lhe os merecidos encomios.

Grasna qualquer *patinho* lá da *coisa* que nós suprimimos, com evidente velhacaria, uma parte da notícia que o *Trapo* deu acêrca do falecimento do saudoso Abade de Tagilde.

Velhacaria?!

Não, insensato *patinho*, não foi velhacaria nem foi propósito. Foi para pouparmos a memória do venerando morto ao sarcasmo que brotou da pena de quem escreveu aquela notícia.

Foi para que aquele *lemos algures* não viesse empanar o brilho do fulgurante talento do chorado morto, cujas obras são conhecidas de todos os seus conterrâneos, sem estes precisarem de *ler em parte alguma*, por que elas correm aí de bôca em bôca, e enquanto os vimaranenses, ainda os de medíocre intelecto, dizem religiosamente—o Abade era um sábio — elas lá correm, galgando as distâncias, e fazem exclamar aos outros—êste homem era um talento!

Sempre a má fé, sempre a intrujice!

Mais diríamos, mas não vale a pena cançarmo-nos porque estamos a vêr o articulista do *Trapo* firmar-se nas mãos e despedir o *cumprimento* com que costuma *mimosear* quem se lhe dirige.

Uma coisa, porêm, cumpre não deixar passar em claro, para edificação dos leitores do nojento papelucho.

Lá em casa, levando-se dinheiro obtem-se tudo o que se queira.

E' o que se depreende do artigo do *Trapo* na sua última parte.

«Como se alguêm pudesse ignorar que os *comunicados* com assinatura são da exclusiva responsabilidade dos seus autores»—diz o *Trapo*!

Responsabilidade criminal, sim senhor; mas a responsabilidade moral para que lado fica?

A conivência moral na matéria publicada a quem a imputa?

Nós estranhamos isso porque já nos teem vindo escritos às mãos acompanhados de boa *massa* e nós, porque os escritos não estão de harmonia com a índole do jornal ou com o que nele temos escrito, desprezamos a massa para respeitarmos a nossa coerência de princípios e de palavras.

Lá, pelo visto, a questão é de dinheiro!

Também já assim nos tinha parecido.

Pois que lhes faça muito bom proveito.

*

Nós não deixamos de reconhecer que o *Trapo* nunca poderia deixar de odiar o ilustre morto, sob qualquer ponto de vista, porque ainda nos recordamos perfeitamente daquele valente sopapo que êle, *sem mão*, vibrou no seu director, o Carvalho guardasoleiro, quando há anos, por ocasião das «Gualterianas», aqui veiu uma banda regimental espanhola, e o mesmo guardasoleiro, estribado na inconsciência de um bando de raparigas ignorantes que trazia atrás de si à guisa de *tricanas do Minho*, *botou espiche*, dando um viva à espanha de Salmeron, ao que o oficial espanhol respondeu, no auge da indignação, com vivas à monarquia espanhola e a sua majestade, e o saudoso Abade confirmou tambêm, indignadíssimo de tam insolito atrevimento, com vivas a Sua Majestade Católica e outros.

O guardasoleiro ainda se lembra disto e êle não perdoa nunca se a sua *fôrça*, por estar de *riba*, ou a sua imodesta vaidade lho permitem, porque de resto... foge como um sendeiro.

Do que êle se não lembrou, o guardasoleiro, o títere manuseado ao sabor de quem o queira tocar desde que lhe satisfaça os seus desvairamentos, é que o seu viva desgostaria os próprios republicanos espanhois porque Salmeron foi um dos republicanos mais pusilamines e cobardes que a Espanha teve.

Concluimos e não voltaremos porque no *Trapo* só se encontram desforços de regateira e discussão de arrieiro.

Carmindo.

Ainda e sempre... em guarda!

¿Nnnca aconteceu, ao leitor amigo, aquela estranha situação de ter de se refugiar na primeira porta que encontra aberta, quando na rua uma multidão de garotos o insulta e vaia? A essa atitude que todo o homem que se preza tem de tomar quando se sente insultado dessa forma, alguêm chama cobardia. Seja assim.

A cobardia de, nem sempre, se descer à rua a discutir com criaturas de má nota, é a cobardia de muita gente boa.

Pôsto isto, eu, que não preciso que ninguêm me defenda e que não solicitei nunca, em caso algum, a fôrça alheia para me defender, eu volto à estacada a propósito dumas pedradas que de Lisboa pretendem atirar-me, supondo que me ferem, e de cá de Guimarães consentem que me atirem, pretendendo intimidar-me. A uns e a outros eu direi o que segue, que já muito é, para quem tão deslealmente me ataca.

Esta terra de Guimarães é bem pequena para que possamos enganar quem quer que seja sôbre o que valemos como homens de carácter e como homens de trabalho.

E' certo que, quando mal nos precavimos, caem sôbre nós os insultos mais vis, as calúnias mais descaradas. Paciência. Quem nos manda vir a público discutir com criaturas que põe a sua pena ao serviço da sua língua e que põe a sua língua ao serviço da frase obscena?

Bem me diziam pessoas amigas que não respondesse a quem não podia manter uma discussão serena no campo dos princípios.

Teimei. Aí está o que se vê. As criaturas mal intencionadas, raivosamente feridas no seu orgulho, atingidas no conceito com que por muito tempo andaram iludindo os outros, apresentam cartas, bilhetes postais, inventam frases, e tudo de mistura para milhor se fazerem acreditar, usando da arma que, como a navalha, é perigosa—a mentira—as criaturas mal intencionadas que me

chamam nomes, que me condenam irrisóriamente, não merecem mais do que estas palavras de desprêso que aqui deixamos. Mas, se qualquer delas entender que não basta isto para lhes provar que não me escondo nem me calo, nem solicito o auxílio de quem quer que seja para a minha defesa, eu estou à disposição de qualquer dos meus insultadores para lhes demonstrar que nem me escondo por detraz do reposteiro pardo que só essas criaturas conhecem, nem pelo facto de similhante garotio me tentar apedrejar eu deixarei de seguir honradamente o caminho que todos sabem que sigo.

*

A. L. de Carvalho vem, desta feita, tal qual eu o esperava. Pretende ter *verve* quando conta os livros que eu cito e pretende ridicularizar-me chamando-me sábio da Grécia.

Pretende provar que eu cito nomes de catálogo quando o invejoso sabe muito bem que na minha modesta estante de livros há trabalhos a que me refiro, e poderá avaliar se eu li muito ou pouco, indo à Sociedade Martins Sarmento ver o livro de saída de obras e o tempo que elas estavam em meu poder. A. L. de Carvalho sabe muito bem que eu não penso pela cabeça dos outros e que quando cito autores sei o que cito e como, e porque, a êles me refiro.

Mas a sua vaidade ofendida revolta-se e ei-lo a pretender amesquinhar-me, a pretender apoucar-me, a falar-me em livros de civilidade quando êle tem bem patentes os meus primeiros escritos a seu respeito neste semanário, e as frases insultuosas que empregou contra mim quando pretendeu ferir os redactores do *Lusitano*. A. L. de Carvalho chega à audácia de deturpar o que eu afirmo, sómente para se vingar dos meus ataques à sua vaidade. Porque eu louvei a escolha do director do Internato (e louvo) e depois disse que êsse director acumulava, o que é contra a moralidade do sr. Rodrigo Rodrigues, o maldoso pretende demonstrar que eu mudei de opinião... E' o cúmulo da deslialdade no ataque. Os adversários desliais mostram cartas, citam bilhetes postais, inventam frases... E' sempre o mesmo processo de combate. Processo êsse que nunca usarei, se bem que o podia fazer se isso estivesse no meu propósito.

Mas não. Eu deixo à deslialdade de A. L. de Carvalho toda a sua plenitude. Continue a insultar-me, a insultar o *Lusitano*, a faltar aos seus deveres de lialdade comesinha.

A. L. de Carvalho sabe bem que eu podia tratá-lo de uma forma diversa desta. E sabe que, pelo seu procedimento, merecia outras palavras que não as que lhe deixo. Ele sabe tudo isso e sabe claramente os motivos que me levam a calar-me, a fazer um silêncio de morte sôbre o seu nome nesta já desgraçada polémica; e por isso...

Rodrigo Pimenta.

A CAMBADA

A sua defesa

Pretendem os escribas do *trapo* defender-se, com arremetidas grutescas e descabidas, das justíssimas insinuações que lhes fizemos no passado número, que, bem longe de lhes atenuar o mal, o vem sobrecarregar em demasia, deixando-os numa tristíssima e desgraçada situação de imbecis e ignorantes.

Causa-nos dó a manifesta ignorância dêsses jornalistas de *pataco*.

Pobres diabos êsses que, despidos dos necessários conhecimentos, se querem embrenhar na discussão de assuntos para que é preciso um cuidadoso estudo que êles nunca tiveram.

Olhai dementados; actualmente a lingua portuguêsa possue inúmeros vocábulos para, com o devido respeito pela moralidade, se pedirem providências à autoridade contra actos indecorosos que nas ruas da cidade se observem.

Não se torna necessário usar da baixa e despejada linguagem que nunca dignificou alguêm.

Não deveis rasgar os dicionários, pois são preciosos para quem dêles sabe fazer uso, mas deveis comprar um compêndio de moral onde possais aprender a escrever sem ferires o pundonor do vosso similhante.

Sois uns indecentes.

Se não sabeis redigir locais que possam ser lidas por todos, retirai-vos da imprensa que a invergonhais com a vossa ridícula pena.

Procurai outro ofício mais rendoso e para que tenhais aptidões, e abandonai o lugar de jornalista que só deve ser exercido por quem tiver vergonha, educação, seriedade e competência.

¿Quereis adaptar à presente época, a tradução de escritos arcaicos?

¿Quereis levar-nos a usar sandálias e uma leve túnica em substituição dos modernos vestuários?

¿Desejais mesmo que se reconduzam para a época presente os costumes de há centenares de anos?

¡Como sois ignorantes!

¡Estais doidos varridos!

A subida ao poder do vosso desprestigioso chefe deu-vos volta ao miolo e não atinais coisa com coisa.

¿O que pensais ter conseguido com a transcrição daqueles períodos da Biblia?

¿Julgais defender a vossa imoralidade?

Não, leigos; conseguistes comprovar as nossas fundadas palavras, quando vos apelidamos de ignorantes, imbecis e maltrapilhos.

Dizei-nos, dementados. ¿Há quantos anos foi escrita a Biblia? quais os conhecimentos literários que nesse tempo poderiam possuir os seus escritores para se poderem exprimir nos termos em que hoje o podemos fazer?

¿Para que foram creados os sinónimos?

¿Não foi para se poder hoje descrever ao publico qualquer facto vergonhoso sem fazer corar quem ler?

¡E com que descaro nos aparecem estes tartufos a quererem dissertar sôbre hermenêutica!

Ingénuos! Um conselho vos damos para que possais dizer alguma coisa dos textos sagrados: rapai as barbinhas, freqùentai sete anos o Seminário, três o Curso Teológico e alguns da Universidade gregoriana e depois aparecei; por enquanto limitai-vos a discutir a origem do guardasol, bem mais facil que a hermenêutica.

RESPEITO AOS MORTOS!

O desvairamento que se apossou do grande Afonso, o herói dos cinco mil contos extraídos ao *deficit* como um dentista de feira extrai um queixal *sem dor* a ingénuo pacóvio fazendo-o dar gritos desesperados, tem-no feito, ao que vemos, praticar coisas que ficariam muito bem no sr. Afanso Costa, mas nunca em um presidente de ministros.

Referimo-nos àquele caso noticiado pelo *Dia*, importante diário da capital, de o automóvel que no Pôrto conduziu os srs. Presidente da república e do ministério o sr. ministro do fomento, quando iam prestar a sua homenagem aos vencidos de 31 de Janeiro, ter entrado no cemitério do Prado do Repouso.

Há que discernir neste facto.

O sr. Presidente da república é um velho respeitável e respeitado; em todos os actos da sua vida tem dado provas da bondade do seu coração, da sua isenção em matéria de preconceitos, das suas boas e muito apreciáveis intenções e não podia querer praticar uma falta de respeito pelo solo que serve de repouso aos mortos e que deve ser sagrado para todos os vivos, quer sejam ateus ou livres-pensadores.

O sr. Presidente da república, que é um belo carácter e uma consciência sã, não podia querer entrar em um recinto onde se deve entrar a pé, com todo o respeito, descoberto e de cabeça pendida, porque não há homem de coração e de consciência em quem, ao entrar nele, não reviva uma saudade pungente ou uma dor dilacerante, estadeando o seu alto cargo muito comodamente em um automóvel.

Não. Não acreditamos.

O sr. Presidente da república, se fôsse só no automóvel ter-se ia apeado sem receio de sujar as botas e ser salpicado pela lama, e teria caminhado com todo o respeito desde a porta até ao monumento dos vencidos e aí deporia religiosamente as suas flores.

Mas o sr. Presidente da república foi vencido.

Oh! sim! Acreditamo-lo.

O sr. dr. Manuel de Arriaga foi vencido pela jactância do outro presidente, pelo seu orgulho e pela sua ambição de superioridade.

Esse sim. Esse, cremo-lo piamente, teria-o feito propositadamente e conscientemente, em tôda a arrogância da sua olímpica pessoa, para que o seu rosto fôsse bem visto, para que os seus movimentos fôssem bem notados, para que as suas palavras fôssem bem ouvidas.

Ele é o ídolo e os ídolos querem-se do alto e por isso o outro presidente não podia descer.

O respeito pelos mortos?

O culto dos cemitérios?

Mas na democracia de Portugal não há respeito nem cultos senão pelo ídolo que em tosca peanha de barro se apoia.

E o que êle fizer está muito bem feito, e o que êle disser é que é lei.

A multidão democrática não protestou a profanação do solo onde jazem os seus entes queridos, porque, se êle não respeitar, ninguêm respeita, e se êle disser guerra, faz-se guerra a tudo.

Estamos nesta contingência.

O maior estadista da Europa!

O actual ministro das Finanças, quando concorreu à cadeira de Economia Política, da Escola Politécnica de Lisboa, dissertando sôbre a emigração disse:

«Empreguemos todos os esfôrços para milhorar a nossa emigração, mas não *cometamos o crime de lesa-pátria de a embaraçar para o Brasil...*»

Pois bem, logo que s. ex.ª foi ao poder o seu ministro do Interior dá ordens precisamente contrárias à opinião do seu chefe.

E comete Rodrigo Rodrigues o *crime de lesa-pátria* que o seu chefe condenou.

Oiçam o que diz o «Jornal do Comércio» do Rio de Janeiro:

«Em nossa secção telegráfica, publicamos ontem um despacho de Lisboa anunciando que o ministério do interior enviára uma circular a todos os governadores do continente e ilhas, na qual se determina que ficam abolidos para o futuro os passaportes colectivos.

E' um novo entrave posto pelo govêrno português à vinda de seus compatriotas para o Brasil. Paga-nos assim a joven república a assistência desvelada que lhe temos dado, reconhecendo-a pouco depois de sua proclamação e libertando-a mais tarde do pesadêlo dos conspiradores da fronteira.

Tratando-se de um povo irmão, estreitamente vinculado ao nosso pelos antecedentes históricos, seria demais que o govêrno brasileiro procurasse compensações para os desinteressados serviços que lhe vem prestando. Mas o que não podemos deixar de estranhar são as medidas hostis com que a administração republicana de Portugal está procurando obstar a corrente espontânea que se dirige para o nosso país.»

Ou não estivesse Rodrigo Rodrigues no poder, com o sr. Afonso Costa ao leme!

O *guardasoleiro* não sabe lêr isto.

Modos de vêr

Mas em que é que se tem elevado no govêrno o sr. Afonso Costa?

Que medidas, que leis, que decretos tem assinado para que se imponha como milhor governante que qualquer outro? Seria, acaso, como *financeiro* que se imporia ao país para que se diga que se encontrara o homem, a mentalidade capáz de endireitar isto?!

Mas, quem nos disse ser verdadeira a soma das cifras apresentadas como exactas para que creiamos nelas?

Cá dentro, em Portugal, nada se esclarece; lá fóra os jornais arvoram contos e contos de dívida e *déficit* português! Não tardará que o tempo aclare as fumaradas que no ar se evolam, para que se nos abra à vista a errada concepção de tantos aparatos financeiros.

Subiu o sr. Afonso Costa como presidente e seus actos de govêrno são *tantos* que se podem encontrar espalhados com os olhos fechados.

Coloque-se neste campo as perseguições à Igreja e a presos políticos.

Só para estes é fecundo o cérebro, o poderoso e intangível cérebro dêste singular estadista. Aperta, aguilhôa mais ainda os presos não escapando a esta ferocidade a ilustre portuguêsa, o retrato fiel de mil e quinhentos, a descendente ilustre de Vasco da Gama que, no túmulo se ri, talvez, ao ouvir soar *«heróis do mar, nobre povo»* com pejo do seu nome e de sua família se encontrar prêso, quebrando as esquipas das ruas de Lisboa, em masmorras ambulantes.

Vi esta senhora, a Ex.ma senhora D. Constança Teles da Gama (Cascais) pouco antes de ser prêsa, envolta no luto que lhe concretiza as crenças antigas, risonha como a caridade que lhe refulge, esbelta como o brilho passado da história e só quem, como eu, a vir de perto poderá revoltar-se ao ler que ainda se encontra a ferros sem que se olhe para a justiça ou se proclame a lei.

Tiram o capuz aos penitenciários e com isso se gloria um govêrno nos seus orgãos de imprensa para que se ajoelhem aos pés os mesmos presos como que a dívida seja paga sómente pelos políticos e não se encontrem na mesma penitenciária incendiários, assassinos e ladrões.

***

E' êste o serviço completo dum mês de ministério afonsista que, embora já corra por aí se vai em paz do poder para onde possa cantar milhor e altamente as suas *glórias*, a meu vêr continuará a governar este pedaço de terra bruta sem povo, a não ser o heróico povo alfacinha, apesar da inclemente indemnização às congregações religiosas estranjeiras ser bastante forte e fora de toda a dúvida como paga avultada de quanta asneira se tem feito nestes últimos tempos.

Não estou criticando formas de govêrno; só quero que os leitores vejam que se cavam os mesmos precipícios com que se perdeu a monarquia e que os homens são os mesmos e seguem os mesmos atalhos, com a *pequena* diferença dêstes serem mil vezes mais sanguinários e perseguidores com relação aos dos tempos *ominosos*.

Os *Jasuitas e adeantadores* da *Velhota* nunca, que me lembre ou leia, encheram tantos presídios sendo o país *universalmente republicano!*

E.

Olhando uma fotografia

(Dedicada à Ex.ma Sr.ª D. Mariana P. Saraiva)

Eu não guardei de ti, ó mãe estremecida,
mais que um retrato antigo
o tesouro que eu mais adoro nesta vida...
o meu milhor amigo!...

Nêsse retrato estás debruços, pela frente
passando a branca mão
em ar de quem comprime um amargôr que sente
rasgar-lhe o coração!

Mãe, quando assim pensavas, eu não tinha
brotado ainda ao ser...
dize: previas já, que uma alva criancinha
te havia de nascer?

Um filho que mais tarde implume do carinho
de teu materno amor
havias de deixar a soluçar sozinho
No triste val da dor?

Já vias de antemão esta alma tam singela?
meu coração franzino,
absorto no clarão de tam iniqua estrela
de tam atroz destino?

Via-lo que ao descer da noite enregelada
que amortalhou teus dias
devia herdar de ti a parte mais pesada
das tuas agonias?!

Já o vias como hoje o vês? sem esperança
sem risos, sem amores?
sempre a anelar em vão alguma fada mansa
que lhe adormente as dores?

Responde minha amada, angelical figura
que de teu fixo olhar
tam parecido ao meu no roxo da amargura
me estás a acompanhar.

Responde doce Mãe, tam cedo esvaecida.
Dize-me em que Oceano horrissono e dolente
te andava então vagueando a perturbada mente?

. . . . . .

Já sei: não digas Mãe
—Temias de antemão o ter de dar-me a vida
e o fel que a vida tem!?

J. P. C. de S.

QUEM VIVA?

Nos tempos que vamos atravessando, nos dias que vão correndo torvos e nublosos, pesados como chumbo, tristes e monótonos como um cemitério, arriscados e incertos como uma cratera, precisa todo o cidadão português de andar sempre bem humorado, com boa disposição de espírito para assistir, muito embora boquiaberto, mas sem se irritar e sem dar mostras de desaprovação às zaragatas, fungagás e funçanatas que a demagogia triunfante se lembra de fazer a toda a coisa que lhe agrade e a toda a hora que lhe dê na gana.

Não importa que ofenda e desagrade à maioria. Como lisongeia e agrada à minoria, senhora de tudo isto, triste é dizê-lo, calcam-se leis, rasgam-se editais, despresam-se as ordens, porque êles são quem *todo lo mandam*.

Ainda no carnaval, apesar de haver uma ordem da autoridade que proibia mascaradas com alusões a pessoas, autoridades, religiões, etc., etc., apareceram aí dois mascarados, um representando o *Pombal do século XX*, e outro um *jesuita*.

Um modesto mantenedor da ordem, um simples polícia que entendeu, e muito bem, que a proibição devia ser acatada por todos sem distinção de côres ou de classes, ordenou-lhes que se retirassem, mas de repente apareceu o chefe da polícia e, conhecendo os indivíduos e vendo que pertenciam à grei adorada e nunca assás cantada, consentiu que os dois dignos mascarados continuassem a colher os louros e os aplausos da sua genial ideia.

Isto não se passaria na Hotentócia, queremos crê-lo, porque mesmo lá haveria a dignidade moral precisa para fazer valer as ordens emanadas da autoridade que, uma vez conhecidas, não se podem sofismar.

Aqui é isto que se vê.

Há muito tempo em Espanha era de uso, e não sabemos se ainda é, as sentinelas perguntarem aos viandantes que tinham de passar perto de qualquer posto—*quien biba?*—e o viandante, embora fôsse um estranjeiro e muito inimigo daquela nação que desejasse vê-la arrasada, tinha de responder, como mandava a ordenança:—*Espanha*—porque do contrário sujeitava-se a qualquer desgosto.

E' o caso, presentemente, dêste país.

Os demagogos ainda não foram ao desplante de perguntarem aos outros—*quem viva?*—mas os olhares dardejantes de alguns exprimem perfeitamente o que os lábios não dizem por vários motivos que nós bem compreendemos.

Aqui a resposta tinha, evidentemente, de ser outra para agradar aos sensíveis e castos ouvidos da gente demagógica.

—Quem viva?

—Viva o pagode, viva a bambochata, viva a reinação, as perseguições e os ódios, as retaliaçáes e as vinganças.

—Quem viva?

—Viva o vosso poderio colossal que há de fazer desabar, em terrível hecatombe, esta *talassaria* toda e levá-la até às profundas dos infernos.

—Quem viva?

—Viva a comédia por vós representada (eh! que lá ia raia!), viva a vossa obra de regeneração social que fêz dêstes caciques todos uns burros de carga e os tornou de senhores em servilíssimos escravos.

—Quem viva?

—Viva o vosso impudor (raia outra vez!), viva o vosso patriotismo, as vossas comissões de defesa com Ferreiras dos Amarais e tudo, as vossas festas e todos os vossos desejos que, uma vez postos em prática, ficará Portugal um país remoçado, um país novo, um país rico, um país invejado por todas as nações cultas e poderosas, um país que há de ser tam feliz que ao povo bastar-lhe há pão e laranjas para seu sustento... por não ter outra coisa que comer.

—Quem viva?

—Viva o sr. dr. Afonso Costa, o maior homem da república, e morra o António José de Almeida, um *talassão* pai dos outros todos.

E' assim que manda a *fraternidade* democrática.

Sermão da Imaculada Conceição

PELO

Padre Luís Dias da Silva,

muito digno Prior do Mosteiro de Souto

Este sermão foi prègado na igreja matriz da vila de Fafe no dia 8 de Dezembro do ano transacto e não estava destinado a ser publicado pela imprensa, se não fôsse um episódio jocosério que subseguiu a sua recitação.

O administrador do concelho, numa levêza de ânimo extraordinária e indesculpável, deu crédito a umas falsas informações que uns idiotas desqualificados lhe deram de que o prègador no sermão desacatára o regímen estabelecido. Foi por isso que o ilustre Prior, para mostrar ao público que fôra correcto no seu discurso, e quebrar os dentes à calúnia soêz, tomou a resolução de publicar impresso o mesmo discurso.

E é o caso de se dizer que há males que veem por bens. O sermão merece bem as honras da publicidade; é substanciôso na doutrina, claro na exposição, correcto e até assás brilhante na forma.

O prègador é um sacerdote de longos recursos oratórios, sabe o que diz, e diz as coisas como quer.

A' guisa de proémio o sermão traz a narração do curioso episódio que lhe está ligado e que é mais uma prova do grande desatino com que, no exercício das suas funções, tem procedido uma grande parte das autoridades do novo regímen. Ao autor, meu bom amigo, agradeço mui penhorado a oferta dum exemplar com uma dedicação ultra-hiperbólica, em que os olhos da sua muita amizade enxergam avultados uns merecimentos que ou não existem ou são muito reduzidos.

P. A.

DOS JORNAIS

Sindicalista:

«Hoje a maioria da imprensa é cúmplice do govêrno, pois que justifica tais arbitrariedades com o seu criminoso silêncio. Os republicanos, os homens dos centros políticos, os defensores da república já não sentem aqueles estremeções de cólera em que os fazia vibrar a campanha jornalística de outrora contra a Bastilha do juízo de instrução criminal.

Enfeudados ao sr. António José de Almeida ou ao sr. Afonso Costa, mostram que não são homens conscientes e livres, mas autómatos manobrando ao sabor dos chefes.

Em que é que êles se distinguem dos monárquicos? Que princípios são os seus que assim se subordinam às conveniências políticas exactamente como outrora? A que atribuír isto? Falência de caracteres? Não, selecção de caracteres.

A república veio extremar os campos. Para a implantação do novo regime tôdas as vontades se conjugaram, tôdas as mãos se deram, tôdas as ideas se fundiram. Desta amálgama de energias saíu o triúnfo. Os que tinham a ganhar com o novo estado de coisas repartiram entre si os despojos da vitória e, como para êles a república era a *terra da promissão*, dentro dela se instalaram no gôso epicuriano das comodidades satisfeitas.

Havia, porêm, os que desinteressadamente se dedicavam, aqueles que, sem mira nos benesses da república, se sacrificavam ao seu ideal. São êsses, hoje formando uma intemerata falange, que incomodam os parasitas que se substituíram no disfrute do Estado, e que êles por todos os meios procuram inutilizar e reduzir ao silêncio.

Hão-de ver que se enganam.»

Oh! que refinados talassas tem o *Sindicalista* portas adentro!...

Está bem servido o país com tal gente! São talassas por todos os cantos. Não há remédio senão mondá-los mas bem mondados, com todo o escrúpulo e zêlo, para que dias mais felizes sorriam à nossa bendita Pátria... E mãos à obra enquanto é tempo e o sr. Afonso Costa está disposto a dirigir os amanhos desta *bôa Terra*...

*

A Vida Nova:

«Áqueles que me apontaram o artigo do sr. Brito Camacho, aponto eu as torpezas de homens que se dizem «republicanos» e que insultaram, maltrataram e brutalizaram torpemente, ignóbilmente, os conspiradores presos, entregues ao poder da justiça e que lhes deviam ser sagrados, porque... a justiça lá estava para castigar ou absolver. Qual é o lema da República? Liberdade, Igualdade, Fraternidade. Como seguiram êles essas sublimes palavras que são todo um poema de humanidade?

Abusando da «liberdade» de bater, insultar e escarnecer quem, manietado pela fôrça da justiça não podia defender-se?! Era usando da «fraternidade» que nos manda olhar como nossos irmãos os nossos semelhantes, que os republicanos recebiam com pancadas e insultos aqueles que já não pertenciam à sociedade do seu ódio?

Era igualando presos com gente livre que êles cumpriam o lema da República? Respondam-me «senhores demagogos» que pensavam cimenmentar a República com sangue e lágrimas, com atrozes desesperos e perseguições cocobardíssimas. E' esta a República para a qual trabalhamos nós os que lialmente, dignamente combatemos para levantar a Pátria, e por o nosso ideal sofremos, sacrificamos tudo que era o nosso futuro e a nossa felicidade?

Que nome se há-de dar a essa caterva de parasitas que invadem o parlamento e a imprensa, fazendo uma política de interêsses próprios, sem pejo de traír ou vender o seu semelhante, não respeitando crenças nem direitos sacratíssimos que se querem postergar à sombra de leis que não se fizeram para dar protecção aos desgraçados mas sim para amparar e cínicamente coonestar o roubo, o atropêlo, a injúria, a brutalidade, a imoralidade infrene, campeando sôbre tudo que nos era querido e que vilmente se profana e ridiculariza?!

O sr. Afonso Costa, foi com a sua lei da Separação o carrasco da República. Quis voltar a ser poder e é-o. Joga a sua última cartada e penso que ela lhe há-de ser funesta.»

Com tudo concordamos plenamente; sómente temos que fazer uma observação. Quem mais trabalhou para esta coisa que hoje 4 milhões de portuguêses lastimam ou, antes, detestam, não foram os republicanos que ora mandam, mas sim os monárquicos com os seus abusos e sobretudo com a sua criminosa indiferença. A êstes, pois, é que se devem atribuír as responsabilidades de tudo isto e não aos republicanos que não fazem mais que pôr em prática, com ligeiras alterações, o que nos comícios livremente e quási sem protestos haviam proclamado e defendido. Revolte-se, portanto, a sr.ª D. Lucinda Ribeiro contra aquêles, mas nunca e, por tal processo, contra os da sua grei... assistindo-lhe autoridade para isso. Porque êstes, como s. ex.ª deve saber, estão no seu papel.

Diário de Notícias:

«A fôlha oficial publicou ontem a nota do estado da dívida flutuante em 30 de Junho de 1910, 30 de Junho de 1911 e dos últimos seis meses de 1912. Em 31 de Dezembro último essa dívida elevou-se à importância de 91.048:753$179 rs., mais 468:317$185 rs. que no mês anterior e mais 8.989:805$097 rs. que em 30 de Junho de 1910.»

Quem é que ao ler estas belezas não sente tentação de enrouquecer a dar *vivas*... à República? *Isto é que é xaber gubernare e sêre inconómico!*

*

Diário do Govêrno:

«Sob proposta do Ministro das Finanças e nos termos dos artigos 22.º e 34.º da lei de 9 de Setembro de 1908, hei por bem decretar, tendo ouvido o Conselho de Ministros, que no Ministério das Finanças, guardadas as prescrições do artigo 1.º do decreto n.º 2.º de 15 de Dezembro de 1894, seja aberto um crédito especial a favor do mesmo ministério, devidamente registado na Direcção Geral de Contabilidade Pública, da quantia de 154.500 escudos para pagamento dos juros do segundo semestre do ano económico de 1912-1913 do capital nominal de 10.300:000 escudos em títulos da dívida interna de 3 por cento, mandados emitir por portaria de 5 de Fevereiro de 1913, de harmonia com o disposto no citado artigo 22.º da carta de lei de 9 de Setembro de 1908, para caucionar a importância efectiva de 3.500:000 escudos de que o Govêrno carece na actual gerência para representação de receitas, devendo a mencionada importância de 154:500 escudos ser adicionada à competente verba inscrita no capítulo 1.º, artigo 1.º, do orçamento da despeza do Ministério das Finanças para 1912-1913.»

De maneira que *o Govêrno carece, para representação de receitas, na actual gerência*, da insignificante quantia de *3 mil* e *quinhentos contos*...

A's mil maravilhas! Até apetece cantar a balada «A minha Terra», acompanhada a pau de bater bifes...

*

Palavras do sr. Ministro do Interior, na Imprensa Nacional, perante o chefe do Govêrno, Ministro da Justiça e outras individualidades de destaque no partido republicano.

«Jesus Cristo, arrastando pelo mundo de hoje a sua vagabundagem de vidente, seria um dromano, um homem sem residência nem modo de vida, sem eira nem beira, sujeito a determinações do código penal.»

Nunca vimos tanta estultícia e tamanha blasfémia em tam poucas palavras... Jesus, o fundador da religião que quási tôda a nação abraça e que até para os mais avançados serve de modêlo e incentivo, equiparado a um vadio pernicioso, não por um inconsciente ou irresponsável, mas por um ministro desta excelsa e confortável república... Que horror! Que degradação moral a dêstes homens!

Infeliz Pátria! em que mãos caíste!...

Falta de espaço

Por falta de espaço não se publicaram alguns artigos que temos em nosso poder.

†

Agradecimento

Maria de Oliveira Sampaio Guimarães, Joaquina Alves Ferreira Leite, António José Fernandes, (auesnte), Silvino José Fernandes, Joaquim Sampaio, Ana Alves Fernandes, Matilde da Silva Terra, José António Fernandes Guimarães e Joaquim Sampaio Guimarães, veem por esta forma, penhoradamente, para reparar qualquer falta que possa ter havido involuntáriamente de sua parte em agradecer a todas as pessoas que lhes deram a prova sentimental pelo falecimento do seu sempre saudoso "marido, filho, pai, irmão, cunhado e genro„ Luís José Fernandes Júnior; e que também lhe deram a honra de sua assistência ao acto do funeral e missa de sétimo dia.

A todos eternamente agradecem e pedem desculpa de o não fazerem pessoalmente por lhes não ser possível. Assim se confessam reconhecidamente muito gratos.

Guimarães, 21 de Fevereiro de 1913.

ASSOCIAÇÃO ARTÍSTICA VIMARANENSE

AVISO

Pelo presente são convidados todos os sócios desta associação, que estejam em atrazo de mais de 6 quotas mensais, a satisfazerem os seus débitos até ao dia 31 de Março próximo, sob pena de serem riscados do catálogo dos sócios e perderem todos os direitos que os estatutos lhes conferem.

Guimarães, 15 de Fevereiro de 1913.

O Presidente da Direcção,

António José Ribeiro.

Curso de francês

Mr. Barthelemy Eugène, professor de francês bem conhecido nesta cidade, que fechou o seu curso há mês e meio por falta de saude, avisa os seus alunos e conhecidos que segunda feira vai reabrir a sua escola prática, por um método moderno, para compensar o tempo perdido.

Um principiante que estude o francês pelo método dos quadros, habilita-se em quatro mêses a falar e escrever correctamente esta língua, gastando apenas

Rs. 10$000

Saibam-no todos!

Há também cursos para meninas e senhoras.

Rua de S. Dâmaso, 115, 117 e 119.

Os interessados podem falar na *Farmácia Alves Mendes*, Passeio da Independência.

Regimento de Infantaria n.º 20

Anúncio

O conselho administrativo deste regimento faz público que no dia 5 de Março próximo, pelas 12 horas, na sala das suas sessões, se procederá ao concurso em hasta pública para a arrematação da empreitada de soalho e respectivo vigamento, divisória de madeira, fôrro, guarda-pó, rodapé e prateleiras para o primeiro compartimento da obra de conclusão de dois dos compartimentos incompletos da Escola Industrial de Guimarães e sua adaptação a casernas para este regimento, sob a base de licitação de 989$000 réis.

As propostas, organizadas conforme o modelo junto ao caderno de encargos, devem ser entregues até às 12 horas do dia anterior ao designado para o concurso, acompanhadas da quantia de 25$000 réis, como depósito provisório.

O depósito definitivo será de 50$000 réis.

O caderno de encargos e

as condições para esta arrematação acham-se patentes na secretaria deste conselho administrativo, em todos os dias úteis, desde as 11 ás 15 horas.

Quartel em Guimarães, 17 de Fevereiro de 1913.

O secretário do conselho administrativo,
Carlos Carrilho Quinteiro
Tenente da Administração Militar.

Interêsses no Brasil

O **Escritório de Direito Internacional, à rua do Hospício n.º 79—Rio de Janeiro—**, dirigido pelo dr. Carmo Braga, formado pela Universidade de Coimbra, com longa prática de advocacia em Portugal e no Brazil, advogado do Banco Aliança do Pôrto, da Beneficência Portuguêsa e da Associação dos Empregados no Comércio do Rio de Janeiro, trata especialmente de todas as questões relativas a direitos e interêsses de portuguêses no Brasil, inventários, habilitações, partilhas, execução de testamentos, providências para evitar a arrecadação judicial de bens e heranças de ausentes, etc. Também aceita procurações para administração de bens no Rio de Janeiro, cobrança de alugueis, rendas, juros dividendos, compra, venda e hipoteca de prédios, averbamento de papeis de crédito, transferências, etc.

Escritório Filial no Pôrto, dirigido pelo solicitador sr. João Fernandes Amaral,—rua da Fábrica, 78.

Para referências em Guimarães—com os srs. Fernandes & Cruz, e com os advogados drs. António do Amaral e João Rocha dos Santos.

FUNILEIRO

Manuel Ferreira da Costa

Faz e concerta toda e qualquer peça de obra pertencente à sua arte, tanto em fôlha, como zinco ou cobre.

Também se fazem gazómetros para acetilene, pulverizadores, caixões de chumbo para funerais, banheiras de todos os tamanhos e feitios, encanações de agua ou gaz em tubo de chumbo ou galvanizado, assim como assentamento de retretes e suas pertenças. Tudo por prêços módicos.

Rua de Francisco Agra, 31, 33.
GUIMARÃES

COMPANHIA DE SEGUROS A POPULAR

Sociedade Anónima de Responsabilidade Limitada

FUNDADA EM 1902

Capital autorizado Rs. 500:000$000

Telefone n.º 2460 — Endereço telegráfico: **LARPOPU**

Rua dos Bacalhoeiros, 125, 2.º

LISBOA

Correspondentes em Guimarães — **PIMENTA & C.ª**

Com estabelecimento de fazendas brancas, miudezas, etc.

24, Rua de Paio Galvão, 28

ATENÇÃO!

Só na **Sapataria Académica** à Rua Dr. Avelino Germano, 36 (antiga Rua de S. Paio) é que se encontra o calçado mais bem acabado, e por preços que ninguém ousa competir.

Garante-se a superior qualidade nos cabedais empregados nos calçados.

Trabalho, o mais perfeito, e preços muito mais económicos que em qualquer outra sapataria de Guimarães.

Uma encomenda pois, que será a prova mais cabal do quanto se afirma neste anúncio.

FOTOGRAFIA MODERNA

— Rua de S. Dâmaso, 10 —

GUIMARÃES

Nesta acreditada fotografia executam-se com a maior presteza e máxima nitidez, todos os trabalhos fotográficos pelos mais modernos processos como sejam:

Retratos platina, sais de prata, etc.

Ampliações em todos os tamanhos até ao natural de qualquer fotografia por mais pequena que seja.

Retratos em porcelana, madeira e seda.

Admiráveis retratos reclame, a 400 réis a meia dúzia.

Belas miniaturas para medalhas, a 250 réis a meia dúzia.

Postais fotográficos, a 900 réis a dúzia.

Ampliações inalteráveis de 50 centimetros, a 1$500 réis.

Esta fotografia possue um excelente material, o que há de mais aperfeiçoado, o que permite executar todo e qualquer trabalho e com a máxima perfeição, operando com todo o tempo.

Tomam-se encomendas fora do atelier sem aumento de preço.

Prefiram êste atelier a qualquer outro, pois é o único com quem ninguem pode competir em preços e perfeição.

Colégio Académico

Rua de S. Domingos, 19

GUIMARÃES

Admite alunos internos, semi-internos e externos, para instrução primária, secundária e curso comercial prático. Alimentação abundante e bem cuidada. O resultado dos exames no presente ano lectivo foi de 50 APROVAÇÕES COM 3 DISTINÇÕES. Envia-se o programa a quem o pedir à direcção.

Os directores,

Alfredo Peixoto, médico
Luís Gonzaga Pereira.

NOVA ESTANTE DE PEDAL
COM
FRICÇÕES DE ESPHERAS D'AÇO
O MELHORAMENTO MAIS UTIL QUE PODIA DESEJAR-SE

NÃO CABEM JÁ NAS MACHINAS PARA COSER

SINGER

MAIS APERFEIÇOAMENTOS NEM MECHANISMO MAIS EXCELLENTE

MAXIMA LIGEIREZA.
MAXIMA DURAÇÃO.
MINIMO ESFORÇO NO TRABALHO.

Avenida Candido dos Reis — GUIMARÃES

O LUSITANO

Publicação semanal

PREÇO DA ASSINATURA
(Pagamento adeantado)

Portugal, Ultramar e Espanha		
Sem estampilha	Ano	1$200 rs.
	Semestre	600 „
Pelo correio	Ano	1$300 „
	Semestre	650 „
Trimestre		400 „
Estados U. do Brazil (ano)		1$800 „
Países da União Postal „		2$400 „
Número avulso		30 „

PREÇO DAS PUBLICAÇÕES
(Pagamento adeantado)

Anúncios e comunicados, por linha	40 rs.
Repetições, por linha	20 „
Permanentes, contrato convencional.	
Reclamos, no corpo do jornal, até 5 linhas, cada um	100 „

Anunciam-se as publicações que o mereçam, mediante um exemplar gratis.
Anúncios, não judiciais, para os srs. assinantes, 25 % de abatimento.

P. LUÍS DIAS DA SILVA

SERMÃO DA IMACULADA CONCEIÇÃO

prégado na igreja matriz de Fafe, em 8 de Dezembro de 1912; acaba de ser editado num elegante opúsculo, precedido da narração do

interessante episódio

que determinou a sua publicação.

PREÇO, 120 RS.

Pelo correio 125 rs.

Pedidos à Tip Minerva Vimaranense
R. Paio Galvão—Guimarães

O LUSITANO

I Ano — Publicação semanal de Guimarães — Num. 37

Ex.mo Sr.

COMO SE DESFAZ UMA LENDA!

Como ainda há para aí muitas creaturas ingenuas que vêem no Sr. Afonso Costa a maior capacidade mental do nosso país, um grupo de republicanos evolucionistas de Guimarães, resolveu fazer correr em folha solta os dois artigos que no diário de Lisboa, a *República*, em seus n.os 756 e 757, o dilecto filho de Guimarães Dr. Alfredo Pimenta, acaba de tam desassombradamente escrever a propósito da amnistia.

Quando o Sr. Afonso Costa fez uma conferência na Imprensa Nacional de Lisboa, sobre o Catolicismo, Socialismo e Sindicalismo, já o Dr. Alfredo Pimenta demonstrára a seguir e numa preciosa e documentada análise, a ignorância do lente da Universidade, Sr. Afonso Costa, sobre as trez *fôrças sociais* apreciadas nessa conferência.

Quando o Sr. Ministro das Finanças conseguiu a aprovação da sua lei de contribuição predial, o Dr. Alfredo Pimenta, também na *República*, provou com números e com argumentos sérios a incapacidade financeira do seu auctor.

Já a quando da apresentação do Orçamento, o nosso conterrâneo, em cerrada análise a cada um dos orçamentos de cada ministério, provou matemáticamente o êrro em que estão, todos os que supõem ter o Sr. Afonso Costa reduzido o *déficit orçamental*. E agora que o partido democrático acaba de negar a amnistia aos prêsos políticos, sendo o Sr. Afonso Costa o chefe dêsse partido, é de toda a oportunidade a mais larga distribuição dos dois artigos presentes, onde o Dr. Alfredo Pimenta põe todo o seu amor à República, todo o seu respeito ás leis de humanidade, e toda a sua ilustração, ao serviço da causa da Pátria, que é neste momento nem mais nem menos do que isto: Mostrar ao Povo português que a República Portuguêsa é a Nação, e que a responsabilidade dos êrros dos homens que por acaso nos estão governando, não pode ser lançada ao regimen que actualmente vigora em Portugal.

AMNISTIA

Foi, como se previa, rejeitado o projecto do snr. Machado dos Santos, intitulado da reconciliação da familia portuguesa. Tal como bom republicano o apresentou, ou com as modificações consequentes da doutrina exposta desde há muito pelo Partido Republicano Evolucionista, a verdade é que, perante êle, a atitude da Camara devia ter sido outra. Precisamente porque outra devia ter sido é que outra não foi, certo como é que em Portugal sempre foi costume, regra geral, fazer-se precisamente o que feito não devia ser. Mais uma vez, o odio truculento abafou o bom senso e a tolerancia. Mais uma vez os gritos de uma guerra feroz inutilisaram as preces sagradas da Paz. Mais uma vez a Raiva de dementados venceu o Caminho de patriotas. O Partido Evolucionista tem, definida claramente, a sua situação, neste assunto. Pelas declarações politicas e oficiaes de quem tem categoria para fazê-las, êle afirmou desejar e querer uma amnistia ampla, embora não fôsse completa. Tambem o projecto do snr. Machado Santos deixava ficar subsistentes certas penalidades, como por exemplo a perda de cargos públicos em que incorreram já certos acusados — ainda hoje por julgar.

Amamos sinceramente a República, e amamos profundamente a terra portuguesa. Por que a amamos com sinceridade e desinteresse, queremos vêr a primeira consolidada e estavel, queremos vêr a segunda pacifica e progressiva.

Quasi três anos de existência da República são passados. E é monstruoso que ao fim de três anos de Repúbica, de regime popular, de regime de opinião, de regime de liberdade, haja ainda quem deliciosamente goze o espectaculo terrivel de centenas de familias chorando e sofrendo, crianças inocentes, mulheres inocentes, velhos inocentes suportando a magua de vêr os seus pais, os seus maridos, os seus filhos, longos e longos mezes á espera do julgamento, sobresaltados e ameaçados durante a própria hora em que são julgados e ao fim, ou livres, mas com o coração torturado, o espírito enlouquecido, e no fundo da sua alma um inabalavel odio à República que os teve presos longos meses sem motivo — ou atirados para celas da Penitenciária, á mistura com incendiários, assassinos e ladrões. E' abominavel que tão profundamente se prevertesse a alma portuguesa e tão radicalmente se adulterassem os sãos principios republicanos, para chegarmos a vêr esta República a que José Falcão—o santo—déra o seu nome, e a que os herois do 31 de janeiro deram o seu generoso sangue, transformada em Demagogia odiosa e vingativa.

Não há coração de bom republicano e de bom português que não sangre nesta hora amarga da nossa vida, ao vêr que o Parlamento que se diz representante da opinião nacional, vai precisamente contra os desejos e as aspirações da mesma opinião, para satisfazer simplesmente a vontade de uma insignificante minoria, sem valor numérico e sem valor espiritual.

Podiamos todos hoje assistir ao espectáculo comovente e sagrado que nos dariam os encarcerados e os que aos encarcerados pertencem, abraçando-se, beijando-se, estreitando-se, quasi não acreditando no que sentiam e viam, respirando, como se pela primeira vês o respirassem, o ar puro das ruas, o ar embriagador da liberdade, todos confundidos na mesma plena satisfação, desde algumas velhas septuagenárias que pagam o horrendo crime de não andarem a aplaudir as fantasias dos exaltados, até ao misantropo campónio que na cela da Penitenciária sofre o monstruoso crime de ser fiel e leal ao seu padre ou ao seu patrão. Podia hoje a República mandar dizer ás legações que tem espalhadas pelo mundo civilisado que transmitissem á Civilisação a boa notícia de que a República, segura do apoio nacional, protegida e defendida pela nação inteira, não teme os centos de homens que prendeu, e portanto os liberta, os restitue ao carinho das suas familias, á ternura dos seus campos, ao aconhego dos seus amigos, á utilidade do seu trabalho. Podia a República ter feito êste gesto cavalheiresco e nobre que nem por ser tardio, deixava de ser grande. Podia a República ter hoje aberto as portas e essa gente, não só por um sentimento de piedade, mas tambem por uma justa compreensão da sua situação politica, para que toda ela ingressasse na vida normal da nação, amando e servindo a nação, livre nas suas opiniões, livre nas suas crenças, livre nas suas aspirações. Podia a República tê-lo feito—e não o fez. Devia a República tê-lo feito—e não o fez.

A República? Não. Não confundamos. A República é a nação. E a nação em espírito amnistiou.

A República é a nação. E a nação em espirito já abriu as portas dos carceres há muito. Não confundamos. Só os representantes da República e da nação, abusando da confiança que nas suas mãos se depositou, só êsses são responsaveis pelo que se está passando, pelo abismo cada vez maior que se está abrindo, e para onde êles estão sistemáticamente empurrando a Nação e a República.

Reflexões

Foi profunda a tristeza com que saímos, ante-ontem, da Câmara dos Deputados, depois de termos ouvido os discursos da maioria parlamentar. Não fômos lá, com o fito de assistir a um torneio oratório, ou de embalar os nossos ouvidos na toada perfeita de uma eloqüência académica. Não nos moveu o desejo de contemplar scenas escandalosas, que de scenas escandalosas andamos nós cheios, por mal dos nossos pecados. Fomos lá para ouvirmos as declarações do govêrno, para sabermos os motivos que determinariam o govêrno a opôr-se à efectivação de uma medida que representasse humanidade e fôrça, inteligência e largueza de vistas. Queriamos ouvir da boca do sr. Afonso Costa as declarações preciosas, as altas razões políticas que levariam o govêrno a opôr-se à amnistia. Queriamos ouvir do sr. Afonso Costa as palavras que era lícito esperar da boca de um chefe do govêrno, de um presidente de ministros, do detentor efectivo e responsável do poder. Essa a razão da nossa ida, ante-ontem, até à galeria da Câmara dos Deputados. Ouvimos e... pasmamos! E por muito inflexiveis adversários que sejamos do govêrno, a verdade é que o espectáculo que êle nos deu, nos encheu de uma profunda, de uma triste tristeza... Nós não ouvimos o presidente de ministros, o chefe do govêrno: ouvimos o Afonso Costa faccioso e intolerante, o orador cheio de ódios e rancores. Não ouvimos o equilibrador de opiniões, o harmonisador de antagonismos, o que, em toda a parte do mundo, um chefe de govêrno não se esquece de ser: ouvimos um combatente de uma seita, cheio de palavras verrineiras e asperas, termos de uma linguágem impropria da função que o sr. Afonso Costa está desempenhando, do Parlamento que o estava ouvindo, e da nação que o está suportando. *Chavascal, monturo, montureira, miseráveis, chacais,* eram as palavras que minuto a minuto estavam sendo no seu discurso, repetidas quatro e cinco vezes, dirigidas aos conspiradores e aos jornais monárquicos, como se um chefe do govêrno português tivesse o direito de assim tratar quem vive sob a sua acção, não por favor, por complacência, mas por um legitimo, um irrevogável, um inegável direito concedido pela civilisação moderna.

Que desgôsto profundo nos deixou a sessão de ante-ontem, em que o sr. Afonso Costa, frouxa imágem pálida do Afonso Costa de outróra, teve a extraordinária audácia de dizer que não podia conceder-se o direito de cidadão aos criminosos políticos! Felizmente que a imprensa não tomou notas precisas e totais dessa famosa oração, em que não houve nem a energia do homem de govêrno, nem a ponderação do presidente de ministros, nem a serenidade do republicano — mas simplesmente o ódio, a violência do fanático cego e inferior! Felizmente!

Depois como causa tristeza que um homem que foi professor da Faculdade de Direito, advogado praticante durante tantos anos, se atreva a expôr à primeira câmara do seu país a teoria velha, hoje absolutamente posta de parte em toda a criminologia moderna, que considera a pena como um castigo. Isso é metafísica criminal — e da peor. Envolve o livre-arbitrio, na sua concepção simplista que nenhuma escola de filosofia extra-confessional advoga ou defende. Não ignoramos que certos e adoráveis escreventes de jornais se irritam quando nós, bonacheironamente, damos lições ao sr. Afonso Costa. Mas a verdade é que por muito que queiramos fechar os olhos, não podemos. O sr. Afonso Costa falou em *castigar*, na necessidade do *castigo*, no *castigo* severo. Falando assim, apresentou-se-nos deploravelmente atrazado, quási em vinte anos de atraso. Castigo! Mas quem ensinou o sr. Afonso Costa a dizer que na *pena* entra o elemento castigo?

Nós mesmos falamos em pena, porque não temos outra palavra que a substitua. Na pena, há dois elementos; o elemento *intimidação*, secundário; e o elemento *defesa social*, primário. Encarcera-se ou magôa-se, para intimidar os outros, para intimidar, reflexamente, o próprio agente do crime, mas principalmente para poupar o organismo social à acção maléfica do criminoso. A pena visa o *futuro:* o castigo visa o *passado*. Diferença profunda. *Castigo* supõe *responsabilidade*. E esta só existe como uma *convenção social*. Não é um fenómeno real, — ensina-o a fisio-psicologia moderna. Segundo a concepção teológica, Deus deu a liberdade moral e a responsabilidade ao homem. Segundo esta concepção, a ideia *castigo* é justa e certa. Mas não nos consta que o sr. Afonso Costa creia em Deus, e tenha aderido às doutrinas teológicas.

O que s. ex.ª tem é ser um enciclopédico ignorante. Existindo a responsabilidade só como convenção social, a pena é, entre os homens, o que a domesticidade é entre os animais. Fazemos sofrer os animais, para que a recordação do sofrimento os determine, inibindo-os da prática de tais e tais actos. Quando essa recordação não basta, ou os isolamos ou os eliminamos. Fazemos sofrer os homens, para que a recordação do sofrimento, neles, e o espectaculo desse sofrimento, nos outros, obstem á repetição dos actos prejudiciaes. Quando essa recordação não basta, ou os isolamos temporaria ou perpetuamente, ou, exceptuados os crimes politicos, os eliminamos, lançando mão de uma legitima operação de cirurgia social.

Só tem ideia de castigo, quem ignora o que é o homem.

Nem o sr. Afonso Costa nem nenhum dos seus adoradores podem contestar isto.

Nestas condições, aplicando a doutrina exposta aos actuais conspiradores, nós dizemos que a República encarcerou e magoou, com dois fins: a) leva-los a não repetirem o acto incriminado e levar os outros a não o praticarem tambem; b) afastar do comvivio social, para não o perturbarem, os elementos desordeiros.

E somos chegados ao coração do problema.

Nós entendemos que o primeiro efeito da intimidação está tirado, está conseguido. Ou se ainda se não conseguiu, tambem se não conseguirá jámais. Entendemos mais que a ordem da República não periga com a nova integração desses elementos, porque: a) Consideramos a República suficientemente consolidada, sob esse ponto de vista; b) Consideramos impotentes e inofensivos, os elementos presos, dada, não só a consolidação da República, mas tambem o estado de espirito mental e moral da população do país que é alheia, absolutamente indiferente, a movimentos revolucionarios politicos.

Nós pensamos assim. E se entendessemos que deviam manter-se ainda enclausurados os conspiradores, não era para castigá-los. O sr. Afonso Costa considera necessaria a continuação do encarceramento; quer dizer acha que a República está tão fraca, tão débil, tão prericlitante que as centenas de homens que para ahi estão presos, uns julgados, outros para julgar, eram capazes de destruir a República. S. ex.ª que é chefe de govêrno lá sabe o que diz. Mas então, nêsse caso, é da nossa obrigação o querermos saber quem provocou esta fraqueza, esta debilidade, este estado precário da República: se foram os conspiradores, com a sua fraqueza, a sua inabilidade, a sua falta de prestigio, se alguns republicanos com a sua intolerancia, com o seu fanatismo e com as suas violencias.

...Foi bem triste a sessão de ante-ontem. Os poucos deputados que defendiam a amnistia eram serenos e conciliadores: foi notavel, pela nobreza, pela energia, pela serenidade, a atitude do sr. António José de Almeida e dos deputados evolucionistas que usaram da palavra; mas aqueles que a atacaram, desde o paradoxal sr. Brito Camacho até ao pitoresco sr. Alvaro Pope, foram irritantes e violentos. E por cima de tudo, o temporal desfeito, vergastante e diabólico, da truculenta verrina do sr. Afonso Costa, chefe do govêrno da nação portugueza!

ALFREDO PIMENTA.

Pap. e Typ. Minerva Vimaranense.